Tribunal da Relação de Lisboa
Processo nº 468/10.7TTLSB.L1-4

Relator: SEARA PAIXÃO

Sessão: 19 Janeiro 2011

Número: RL

Votação: DECISÃO INDIVIDUAL

Meio Processual: APELAÇÃO

Decisão: CONFIRMADA A DECISÃO

ACÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE DESPEDIMENTO

ACÇÃO DE IMPUGNAÇÃO JUDICIAL DA REGULARIDADE E LICITUDE DO DESPEDIMENTO

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO

Sumário

I - O art. 387.º do Cód. Trab., aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro só entrou em vigor na data do início de vigência da legislação que procedeu à revisão do Código de Processo do Trabalho, ou seja, em 1 de Janeiro de 2010 - art. 9.º do Decreto-Lei nº 295/2009, de 13 de Outubro.

II - Nos termos do nº 5 do art. 12.º da referida Lei nº 7/2009, o art. 435.º do Cód. Trab. aprovado pela 99/2003, de 27 de Agosto manteve-se em vigor até 1 de Janeiro de 2010.

III - Tendo o despedimento tido início em data anterior a 1 de Janeiro de 2010, a acção apropriada para o impugnar continua a ser a acção comum prevista nos arts. 51.º e seg do Cód. Proc. Trab., ainda que a mesma tenha sido instaurada depois de 1 de Janeiro de 2010.

Texto Parcial

A, propôs nos termos do disposto no artigo 21.Q, n.Q 1, do Código de Processo do Trabalho, a presente ACÇÃO DECLARATIVA DE CONDENAÇÃO, EMERGENTE DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO, COM PROCESSO COMUM, contra:

- B, L.DA, NIPC (...), com sede (..), (doravante e abreviadamente denominada por "Ré B");

- C, NIPC (...), com sede (...), (doravante e abreviadamente denominada por "Ré C"), e contra;
- D, S.A., NIPC (...), com sede (...), (doravante e abreviada mente denominada por "Ré D").

Formulou o seguinte PEDIDO:

“NESTES TERMOS E NOS MAIS DE DIREITO, QUE V. EX.A DOUTAMENTE SUPRIRÁ, DEVE A PRESENTE ACÇÃO SER JULGADA PROCEDENTE POR PROVADA E, CONSEQUENTEMENTE:

A - SER JULGADO QUE O AUTOR TRABALHOU, ENTRE JANEIRO DE 2007 E OUTUBRO DE 2009, EM REGIME DE PLURALIDADE DE EMPREGADORES, MAIS SE RECONHECENDO A OPÇÃO QUE O MESMO FEZ DE CONSIDERAR A RÉ BRANDIA SUA ENTIDADE PATRONAL; B - SER CONSIDERADA A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DE TODAS AS RÉS QUANTO AOS CRÉDITOS E INDEMNIZAÇÕES PETICIONADOS NESTES AUTOS;

C - SER AS RÉS CONDENADAS, SOLIDARIAMENTE, NO PAGAMENTO DE CRÉDITOS LABORAIS NO VALOR DE € 9.420,34;

D - SER JULGADA A ILEGALIDADE DO DESPEDIMENTO DO AUTOR, CONDENANDO-SE AS RÉS NO PAGAMENTO DAS REMUNERAÇÕES INTERCALARES (NO VALOR JÁ VENCIDO DE € 1.600,00) E A RÉ BRANDIA NA REINTEGRAÇÃO DO AUTOR, OU, SE E QUANDO O MESMO OPTAR, PELA RESPECTIVA INDEMNIZAÇÃO SUBSTITUTIVA, QUE SE ROGA SE FIXE NOS 40 DIAS DE REMUNERAÇÃO POR ANO DE ANTIGUIDADE (NOTANDO-SE QUE A REMUNERAÇÃO MÍNIMA NACIONAL PARA 2010 É DE € 475,00);

E - SER AS RÉS CONDENADAS NO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS NO VALOR DE € 12.000,00;

F - CASO NÃO SE CONSIDERE A RÉ C COMO ENTIDADE PATRONAL DO AUTOR, DEVE A RÉ B SER SUBSIDIARIAMENTE CONDENADA NOS MOLDES EM QUE SE REQUEREU A CONDENAÇÃO DAQUELA E DAS DEMAIS RÉS;

G - SER AS RÉS CONDENADAS NO PAGAMENTO DE JUROS DE MORA VINCENDOS À TAXA LEGAL SOBRE TODAS AS QUANTIAS PETICIONADAS, DESDE A DATA DA CITAÇÃO ATÉ EFECTIVO E INTEGRAL PAGAMENTO”.

A M^a Juiz proferiu , de imediato, despacho de indeferimento liminar da petição por julgar verificada a excepção dilatória típica de erro na forma do processo. Deste despacho interpôs o Autor o presente recurso cujas alegações termina formulando as seguintes conclusões:

(...)

As Recorridas citadas nos termos do art. 234^o do CPC não contra-alegaram.

Admitido o recurso, foram os autos remetidos a este Tribunal da Relação. Cumpre, apreciar e decidir, o que se faz em decisão sumária, ao abrigo do disposto no art. 705º do CPC, face à manifesta simplicidade da questão suscitada no recurso que consiste em saber se existe erro na forma do processo.

Fundamentação de facto

- O Autor intentou a presente acção emergente de contrato individual de trabalho, com processo comum, em 3 de Fevereiro de 2010.
- O A. alega que prestou trabalho para todas as Rés que mantêm entre si uma estrutura organizativa comum, tendo formalizado um contrato de trabalho com a Ré Tvenda.
- Em 13.10.2009 o Autor foi despedido pela Ré B, com alegação de justa causa, após a instauração de um processo disciplinar, decisão essa que foi comunicada ao A. em 16.10.2009.
- O A. intentou providência cautelar de suspensão de despedimento, contra a Ré B, a qual foi deferida em 1ª Instância, decisão essa que foi revogada por acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa - processo apenso.
- O A., em Janeiro de 2010, intentou acção especial de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento contra as Rés B, C e D, utilizando o formulário aprovado pela Portaria nº 1460-D/09 de 31.12.
- Por decisão proferida no processo 33/10.7TTLSB, do 5º Juízo, 2ª secção do Tribunal do Trabalho de Lisboa, foi essa acção indeferida por erro na forma do processo, por se entender que estando em causa uma pluralidade de empregadores a acção especial de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento prevista no art. 98º e seguintes do CPT (com as alterações do DL 295/2009 de 13.10) não se adequava, afirmando-se que a forma processual adequada era o processo comum previsto e regulado no art. 51º do CPT. - cfr. doc. junto a fls. 92 e 93.

Fundamentação de direito

A questão suscitada no presente recurso consiste em saber se existe erro na forma do processo.

A decisão recorrida considerando que a presente acção deu entrada em tribunal em 3.02.2010, quando já estava em vigor o CPT com as alterações introduzidas pelo DL nº 295//2009 de 13.10, entendeu que a forma do processo adequada era a acção especial de impugnação da regularidade e licitude do despedimento, prevista nos art. 98º-B e seguintes do CPT, por este ser de aplicação imediata.

O Recorrente discorda dessa decisão, até porque já anteriormente havia

proposto a referida acção especial de impugnação da regularidade e licitude do despedimento, prevista nos art. 98º-B e seguintes do CPT, através do respectivo formulário, mas a mesma foi indeferida por decisão proferida no processo 33/10.7TTLSB, do 5º Juízo, 2ª secção do Tribunal do Trabalho de Lisboa, por erro na forma do processo, por se entender que estando em causa uma pluralidade de empregadores a referida acção não se adequava, devendo, por isso, ser intentada acção com processo comum prevista no art. 51º do CPT.

Concorda-se que estas duas decisões emanadas do Tribunal de Trabalho de Lisboa são contraditórias entre si, afectando a credibilidade das decisões judiciais e pondo em causa a segurança e a confiança na administração da justiça.

No presente caso, verifica-se que a decisão de despedimento foi comunicada ao trabalhador em 16.10.2009 e a presente acção de impugnação de despedimento foi intentada em 3.02.2010.

Em situações como a presente este Tribunal da Relação tem emitido jurisprudência praticamente uniforme no sentido de que nos casos em que o despedimento ocorre antes 1.01.2010, data da entrada em vigor das alterações introduzidas pelo DL 295/2009 no CPT e do art. 387º do Código do Trabalho de 2009, ainda que a acção de impugnação se inicie após esta data, o meio processual adequado é a acção comum prevista no art. 51º do CPT e não a acção com processo especial prevista nos art. 98-B a 98º-P do CPT na redacção do DL 295/2009 de 13/10.

Remetemos, por isso, para a fundamentação do acórdão proferido no processo nº 217/10.0TTLSB.L1:

“O art.º 387º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009 de 12/02, estabelece nos seus n.º 1 e 2 o seguinte:

1. *A regularidade e licitude do despedimento só pode ser apreciada por tribunal judicial.*
2. *O trabalhador pode opor-se ao despedimento, mediante apresentação de requerimento em formulário próprio, junto do tribunal competente, no prazo de 60 dias, contados a partir da recepção da comunicação de despedimento ou da data de cessação do contrato, se posterior, excepto no caso previsto no artigo seguinte.*
3. (...)
4. (...)

Esta norma introduz uma relevante alteração na impugnação do despedimento individual, cuja aplicação pressupõe a necessária tradução na respectiva disciplina processual, o que efectivamente veio a suceder com a revisão do Código de Processo de Trabalho, efectuada pelo Dec-Lei nº 295/2009 de 13.10

que veio a criar nos art. 98º-B a 98º-P uma acção declarativa de condenação com processo especial, de natureza urgente, para impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, sempre que seja comunicada por escrito a decisão de despedimento individual, seja por facto imputável ao trabalhador, seja por extinção do posto de trabalho, seja por inadaptação, a qual se inicia com a entrega, pelo trabalhador, junto do tribunal competente, de requerimento em formulário electrónico ou em suporte de papel, do qual conste a declaração do trabalhador de oposição ao despedimento.

O processo especial criado pelos art. 98-B a 98-P do CPT revisto visa regular processualmente o disposto no art. 387º do Código do Trabalho, como expressamente se refere no art. 98º-C do CPT revisto.

Acontece que embora do novo Código do Trabalho tenha entrado em vigor no dia 17.02.2009, o citado art. 387º foi um daqueles preceitos cuja entrada em vigor foi especificamente protelada para a data da entrada em vigor da legislação que procedesse à revisão do CPT. Com efeito, o art. 14º, n.º 1 da citada Lei n.º7/2009 estabelece que os n.ºs 1, 3 e 4 do art. 356º, os artigos 358º, 382º, 387º (apreciação judicial do despedimento individual) e 388º (apreciação judicial do despedimento colectivo), o n.º 2 do art. 389º e o n.º 1 do art. 391º entram em vigor na data de início de vigência da legislação que proceda à revisão do Código de Processo de Trabalho.

O art. 7º, n.º 5, alíneas b) e c) da Lei n.º 7/2009 dispõe, por sua vez, que o regime estabelecido no Código do Trabalho, anexo à presente lei, não se aplica a situações constituídas ou iniciadas antes da sua entrada em vigor relativas a prazos de prescrição e caducidade, procedimentos para aplicação de sanções, bem como para a cessação do contrato de trabalho; e o art. 12º, n.º 5 da mesma Lei estabelece que a revogação dos arts. 414º, 418º, 430º e 435º (impugnação judicial do despedimento), do n.º 2 do art. 436º, do n.º 1 do art. 438º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27/08, produz efeitos a partir da entrada em vigor da revisão do Código de Processo do Trabalho.

Resulta da conjugação destes preceitos que o art. 387º do Código do Trabalho de 2009 só entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010, pois até essa data esteve em vigor o disposto no art. 435º do Código do Trabalho de 2003 e que a acção de apreciação judicial do despedimento a que se refere o art. 387º do CT está regulada nos arts. 98º-B a 98º-P do CPT. Consequentemente, a nova acção especial de impugnação da regularidade e licitude do despedimento, regulada nos referidos arts. 98º-B e seguintes do CPT, só é aplicável aos despedimentos, cujo procedimento seja desencadeado após a entrada em vigor da legislação que reviu o CPT, ou seja, a partir de 1/01/2010.

Em conformidade com o exposto, a impugnação judicial de um despedimento

ocorrido antes de 1 de Janeiro de 2010 segue a forma do processo declarativo comum, regulado nos arts. 51º e seguintes do CPT, mesmo que essa impugnação venha a ocorrer após aquela data.

É certo que o art. 6º do DL 295/2009, de 13/10, em sintonia com o art. 142º, n.º 2 do CPC, consagra o princípio da aplicação imediata da lei processual, ao estabelecer que as normas do Código de Processo do Trabalho com a redacção por ele dada se aplicam às acções que se iniciem após a sua entrada em vigor, mas no caso particular do processo de impugnação judicial da regularidade e ilicitude de despedimento esta norma tem necessariamente de sofrer uma interpretação restritiva, devendo entender-se como reporta às acções em que o procedimento prévio ao despedimento se iniciou após a entrada em vigor das alterações ao CPT, devido à necessidade de manter a harmonia entre o procedimento prévio ao despedimento e o processo judicial de impugnação. Além disso, esse entendimento é uma imposição dos elementos teleológico e sistemático, o primeiro dos quais transparece do preâmbulo do DL nº 295/2009, onde se refere que a acção declarativa de condenação com processo especial para impugnação da regularidade e licitude do despedimento visa tornar exequíveis as modificações introduzidas nas relações laborais com o regime substantivo introduzido pelo Código do Trabalho, resultando o segundo da unidade intrínseca das normas que regulam a matéria (atrás enunciadas) das quais resulta que a nova acção de impugnação da regularidade e licitude do despedimento a que alude o art. 98º-B e seguintes do CPT só é aplicável ao despedimento individual cujo procedimento seja desencadeado após a entrada em vigor da legislação que reviu o CPT, ou seja, a partir de 1.10.2010.

Assim, a impugnação de um despedimento ocorrido antes de 1/01/2010, mesmo que essa impugnação venha a ocorrer após esta data, segue a forma do processo declarativo comum, regulado nos arts. 51º e seguintes do CPT e não a forma prevista nos art. 98º-B e seguintes do CPT.”

Neste sentido se pronunciaram os acórdãos desta Relação proferidos nos processos nº 470/10.9TTLSB.L1, 320/10.6TTLSB.L1 e 93/10.2TTLSB.L1, nº 16-10.9TTBRR.L1, entre outros.

Assim, no acórdão de 5.5.2010 (proferido no processo 93/10.4TTLSB.L1-4 decidiu-se:

“Num caso de despedimento individual em que a comunicação de despedimento e portanto também o início do procedimento prévio ao despedimento, teve lugar antes de 1/1/2010, ainda que a acção de impugnação se inicie após esta data, o meio processual adequado é a acção comum prevista no art. 51º do CPT e não a acção com processo especial prevista nos art. 98-B a 98º-P do CPT na redacção do DL 295/2009 de 13/10”.

E no acórdão de 19.5.2010 (proferido no processo 397/10.4TTLSB.L1-4):

“A acção de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, com processo especial, regulada nos artigos 98.º-B a 98.º-P do Código de Processo de Trabalho - na redacção dada pelo Dec. Lei n.º 295/2009 de 13/10 - só é aplicável aos despedimentos individuais cujo procedimento se inicie após a entrada em vigor da legislação que reviu esse Código, ou seja, a partir de 01/01/2010;

Em caso de despedimento individual em que em que este tenha sido comunicado, por escrito, ao trabalhador antes de 01/01/2010 e ainda que a acção de impugnação deduzida por este se concretize após essa data, o meio processual adequado é a acção declarativa com processo comum prevista nos art.ºs 51º e seguintes do Código de Processo do Trabalho.”

Igualmente no proc 75/10.4TTLSB se afirma:

“A acção de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, com processo especial, regulada nos artigos 98.º-B a 98.º-P do Código de Processo de Trabalho - na redacção dada pelo Dec. Lei n.º 295/2009 , de 13 de Outubro - não logra aplicação aos despedimentos individuais cujo procedimento se tenha iniciado ou concluído antes de 1 de Janeiro de 2010”. Face a esta jurisprudência reiterada e praticamente uniforme deste Tribunal da Relação, e tendo o despedimento a que aludem os autos sido comunicado ao Autor em 16.10.2009, a respectiva acção de impugnação desse despedimento apesar de ter dado entrada em tribunal em 3.02.2010, deve seguir a forma do processo declarativo comum, regulado nos arts. 51º e seguintes do CPT e não a forma prevista nos art. 98º-B e seguintes do CPT. Acresce que, no presente caso, estavam em causa questões traduzidas nos pedidos que iam além da impugnação do despedimento propriamente dito, como sejam os pedidos relativos à pluralidade de empregadores e à responsabilidade solidária de todas as Rés, pelo que a apreciação dessas questões não podia ser feita na acção especial prevista no art. 98º-B do CPT, mas antes na acção comum prevista nos art. 51º e seguintes do CPT. Assim, sem necessidade de mais desenvolvidas considerações, decide-se sumariamente julgar o recurso procedente e, conseqüentemente, revogar a decisão recorrida que deverá ser substituída por outra que aceitando a petição inicial e a forma do processo mande prosseguir os termos normais do mesmo.

Decisão:

Nos termos expostos, decide-se, ao abrigo do disposto no art. 705º do CPC, julgar o recurso procedente e, conseqüentemente, revogar a decisão recorrida que deverá ser substituída por outra que aceitando a petição inicial e a forma do processo mande prosseguir os termos normais do mesmo.

Sem custas.

Lisboa, 19 de Janeiro de 2011

Seara Paixão